

RJPAR-13/002

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

BANCO GUANABARA S.A.

Rio de Janeiro – RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Guanabara S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas não contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

continua...

Uma auditoria envolve a execuão de procedimentos selecionados para obtenão de evidências a respeito dos valores e divulgaões apresentados nas demonstraões financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliaão dos riscos de distorão relevante nessas demonstraões, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliaão de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboraão e adequada apresentaão das demonstraões financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliaão da adequaão das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administraão do Banco, bem como a avaliaão da apresentaão dessas demonstraões tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstraões financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posião patrimonial e financeira do Banco Guanabara S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operaões e os seus fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituiões autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

5. Auditoria do exercício anterior

As demonstraões financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, ora apresentadas para fins de comparaão, foram por nós auditadas e nosso relatório sobre as mesmas, datado de 13 de março de 2012, não conteve modificaão.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG – F – 757 – RJ

Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491-S-RJ

Fernando Carneiro da Motta
Contador CRCMG – 4.419-S-RJ



BANCO GUANABARA

D EMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço
2012

BANCO GUANABARA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Nota	Exercício findo em	
		31.12.12	31.12.11
ATIVO			
CIRCULANTE		767.085	687.552
Disponibilidades		1.347	4.090
Aplicações interfinanceiras de liquidez		374.124	367.076
Aplicações em operações compromissadas	4	374.124	367.076
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		28.834	24
Carteira própria	5	28.834	24
Relações interfinanceiras		2.007	22
Créditos Vinculados		171	22
Correspondentes		1.836	-
Operações de créditos		358.426	315.249
Setor privado	8a	387.968	327.434
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8b	(29.542)	(12.185)
Operações de arrendamento mercantil		(2.650)	(2.608)
Setor privado	8a	7.388	17.887
Rendas a apropriar de arrendamentos		(7.119)	(17.213)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8b	(2.919)	(3.282)
Outros créditos		608	3.365
Negociação e intermediação de valores		4	6
Diversos	8a	6.820	5.889
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8b	(6.216)	(2.530)
Outros valores e bens		4.389	334
Outros valores e bens		4.308	320
Despesas antecipadas		81	14
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		174.452	225.892
Títulos e valores mobiliários		49	25.175
Carteira própria		49	25.175
Relações interfinanceiras		3.024	2.462
Créditos Vinculados		3.024	2.462
Operações de crédito	8a	169.667	196.129
Setor privado		169.667	196.129
Operações de arrendamento mercantil		-	-
Operações de arrendamentos a receber		-	-
Setor privado	8a	3.951	9.483
Rendas a apropriar de arrendamentos		(3.951)	(9.483)
Outros créditos	8a	1.612	2.126
Diversos		1.921	2.126
Provisão outros créditos		(309)	-
Outros valores e bens		100	-
Despesas antecipadas		100	-
PERMANENTE		61.404	111.616
Investimentos	9	1.602	1.543
Participação em Coligadas		125	-
Outros investimentos		1.477	1.543
Imobilizado	10	59.656	109.990
Outras imobilizações de uso		3.045	2.852
Depreciações acumuladas		(2.088)	(1.768)
Imobilizado de arrendamento		121.891	214.408
Depreciações acumuladas		(63.192)	(105.502)
Diferido		69	83
Gastos de organização e expansão		699	658
Amortizações acumuladas		(630)	(575)
Intangível		77	-
Ativos Intangíveis		86	-
Amortizações acumuladas		(9)	-
Total do Ativo		1.002.941	1.025.060

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Nota	Exercício findo em	
		31.12.12	31.12.11
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			
CIRCULANTE		209.893	214.603
Depósitos	11a	53.397	52.518
Depósitos à vista		8.249	10.080
Depósitos a prazo		45.148	42.438
Recursos de Aceite de Emissão Títulos	11b	2.135	-
Recursos de Letras Creditos Imobiliários - LCI		2.135	-
Obrigações por empréstimos e repasses	12	124.226	117.945
FINAME		124.226	117.945
Outras obrigações		30.135	44.140
Arrecadação de tributos e assemelhados		59	284
Fiscais e previdenciárias		19.566	21.321
Negociação intermediação valores		-	470
Diversas		10.510	22.065
NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		670.492	676.359
Depósitos	11a	447.354	427.635
Depósitos à prazo		447.354	427.635
Obrigações por empréstimos e repasses	12	121.400	135.566
FINAME		121.400	135.566
Outras obrigações		101.738	113.158
Fiscais e previdenciárias		8.419	13.837
Dividas Subordinadas	11c	64.530	59.523
Diversas		28.789	39.798
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		413	61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.143	134.037
Capital Social	13a	66.000	66.000
Reservas de Capital		1.812	1.812
Reservas de Lucros	13b	54.331	66.225
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.002.941	1.025.060

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.
**Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais)**

	Semestre findo em	Exercício findo em	
	31.12.12	31.12.12	31.12.11
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	76.952	160.016	180.986
Rendas de operações de crédito	32.118	71.314	68.878
Rendas de arrendamento mercantil	26.876	53.340	70.174
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17.958	35.362	41.934
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(61.403)	(135.045)	(137.840)
Despesas de captação no mercado	(20.547)	(43.309)	(54.809)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(6.566)	(13.753)	(12.747)
Despesas de arrendamento mercantil	(25.329)	(49.246)	(60.852)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.961)	(28.737)	(9.432)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.549	24.971	43.146
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.853)	(24.853)	(21.824)
Receitas de prestação de serviços	410	831	874
Despesas de pessoal	(6.048)	(11.983)	(9.933)
Outras despesas administrativas	(4.946)	(10.403)	(9.897)
Despesas tributárias	(1.199)	(2.750)	(3.159)
Resultado de Participações Coligadas e Controladas	(222)	(222)	
Outras receitas operacionais	206	540	851
Outras despesas operacionais	(54)	(866)	(560)
RESULTADO OPERACIONAL	3.696	118	21.322
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(70)	80	(1.732)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO	3.626	198	19.590
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(784)	(1.597)	(289)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(1.294)	(2.773)	(458)
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	-	(15)	(738)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	1.548	(4.187)	18.105
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(3.740)	(7.707)	(7.067)
LUCRO(PREJUÍZO) POR AÇÃO	0,02	(0,06)	0,27

BANCO GUANABARA S.A.
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)**

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u>		<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Outras</u>		
Saldo em 30.06.12	66.000	1.812	1.328	64.897	(9.702)	124.335
Lucro Líquido do semestre					1.548	1.548
Destinações:						
Reservas						-
Juros sobre Capital Próprio					(3.740)	(3.740)
Absorção de Prejuízo				(11.894)	11.894	
Saldo em 31.12.12	66.000	1.812	1.328	53.003	-	122.143
Saldo em 31.12.11	66.000	1.812	1.328	64.897	-	134.037
Aumento Capital						
Em espécie						-
Com Reservas						-
Prejuízo Líquido do exercício					(4.187)	(4.187)
Destinações:						
Reserva Legal						
Juros sobre Capital Próprio					(7.707)	(7.707)
Absorção de Prejuízo				(11.894)	11.894	-
Saldo em 31.12.12	66.000	1.812	1.328	53.003	-	122.143
Saldo em 31.12.10	60.000	1.812	777	55.202	-	117.791
Atualização Título Patrimonial						-
Aumento Capital						
Em espécie	5.209					5.209
Com Reservas	791			(791)		-
Lucro Líquido do exercício					18.105	18.105
Destinações:						
Reserva Legal			551		(551)	-
Juros sobre Capital Próprio					(7.068)	(7.068)
Outras Reservas				10.486	(10.486)	-
Saldo em 31.12.11	66.000	1.812	1.328	64.897	-	134.037

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em	Exercício findo em	
	31.12.12	31.12.12	31.12.11
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercício	1.548	(4.187)	18.105
Ajuste ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações	8.123	19.624	37.287
(Superveniência) / Insuficiência da depreciação	18.619	31.216	18.902
Ajuste Equivalência Patrimonial	222	222	-
Lucro Líquido Ajustado	28.512	46.875	74.294
(Aumento) e Redução em ativos operacionais			
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	18.448
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependência	(837)	694	982
(Aumento)/Redução em Oper. de Crédito, líquido de baixas/recuperação	(73.460)	(16.715)	(83.863)
(Aumento)/Redução em Arrend. Mercantil, líquido de baixas/recuperação	(1.959)	41	(1.164)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(3.601)	(2.644)	906
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	80	(4.154)	4.704
Aumento e (Redução) em Passivos operacionais			
Aumento/(Redução) em depósitos	4.029	20.599	49.851
Aumento/(Redução) Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	(224)	2.136	-
Aumento/(Redução) Relações Interfinanceiras e Interdependência	(3.242)	(3.242)	-
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimo e Repasse	(1.589)	(7.885)	23.723
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(9.138)	(19.509)	(984)
Aumento/(Redução) Resultados Exercícios Futuros	402	352	(42)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	(61.027)	16.548	86.855
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de investimento	-	(99)	-
(Aumento)/Redução em Títulos Valores Imobiliários	(2.503)	(3.684)	(2.601)
Alienação Imobilizado de Arrendamento	1.821	2.872	5.394
Aquisição de Imobilizado de Uso	(88)	(193)	(500)
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	(1.540)	(3.120)	(14.360)
Aplicação de Diferido/Intangível	(55)	(129)	-
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimento	(2.365)	(4.353)	(12.067)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ajuste participações Patrimonial	65	65	-
Aumento em participações societárias	(248)	(248)	-
Aumento de Capital em dinheiro	-	-	5.209
Juros s/Capital Próprio	(3.740)	(7.707)	(7.068)
Caixa utilizado nas Atividades de Financiamento	(3.923)	(7.890)	(1.859)
(Redução) / Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(67.315)	4.305	72.929
No início do período	442.786	371.166	298.237
No fim do período	375.471	375.471	371.166

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA DIRETORIA:

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de Vsas., as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária adaptadas às normas do Banco Central do Brasil, para os exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013. A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **BANCO GUANABARA S.A.** é uma sociedade de capital fechado, operando sob a forma de Banco Múltiplo, com as seguintes carteiras: Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos e de Arrendamento Mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável.

No processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu, e o BACEN homologou os seguintes pronunciamentos contábeis os quais foram adotados pelo Banco:

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 – Demonstrações de fluxos de caixa – Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 – Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros - Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução CMN nº 3.973/11; e
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes. As receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pós-fixados são contabilizadas *pró-rata* dia e as operações pré-fixadas registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de renda a apropriar ou despesas apropriar correspondentes ao período futuro.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e das aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os compromissos assumidos por vendas e/ou recompras são reconhecidos nas contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Captações no Mercado Aberto e operações compromissadas lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro, líquidos das rendas e despesas a apropriar reconhecidas no resultado "*pro rata temporis*".

d. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a Administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os **instrumentos financeiros derivativos** – “Hedge” de Risco de Mercado são contabilizados pelo valor de custo, com os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente no resultado, já que os mesmos serão levados até o vencimento.

e. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os saldos de repasses interfinanceiros, operações de créditos e obrigações de repasses no País, incluem os encargos e as variações monetárias até a data de encerramento do trimestre. As rendas e despesas pré - fixadas são apropriadas ao resultado, “pro rata” dia, de acordo com o prazo das operações.

As atualizações das operações de crédito vencidas são reconhecidas em receitas até o 60º dia e, a partir desse período, são registradas em rendas a realizar.

f. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil é constituída de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral; entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, podem ser utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais precisas do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

g. Investimentos

Os investimentos permanentes estão registrados pelo valor de custo, líquido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

h. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens e a depreciação do imobilizado de arrendamento é calculada de forma acelerada, segundo as determinações da Portaria MF n.º 140/84. Os bens objeto de arrendamento são depreciados no prazo de vida útil - econômica estabelecida pela legislação tributária, reduzidos em 30% (trinta por cento). A taxa anual considerando essa aceleração é de 28,57% para veículos.

A superveniência de depreciação é constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular n.º 1.429/89, do Banco Central do Brasil, e resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor atual das contraprestações a vencer desses contratos. Está calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, classificada na demonstração do resultado em "Receitas com Operações de Arrendamento Mercantil".

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado, no mínimo, anualmente. Em 31 de dezembro de 2012 não foram reconhecidas perdas de ativos por *impairment*.

i. Diferido

O diferido é registrado ao custo de aquisição. A amortização dos gastos de organização e expansão será efetuada pelo período de 05 (cinco) anos, ou 20% ao ano.

Em consonância com a Resolução do CMN n.º. 3.617, de 30/09/2008, os saldos existentes devem ser mantidos até a sua efetiva baixa. A partir da publicação desse normativo só serão registrados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento de resultado de mais de um exercício e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimos na eficiência operacional.

j. Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisições de licenças ou direito de uso software são reconhecidos como ativo intangível.

k. Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os saldos de Depósitos a Prazo são demonstrados líquidos de despesas a apropriar, as quais são reconhecidas no resultado em função dos prazos das operações, como despesas de captação. As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) e os respectivos encargos foram provisionados segundo o regime de competência.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil e a contribuição social constituída à alíquota de 15%.

O imposto de renda diferido no passivo de longo prazo decorre da superveniência e/ou insuficiência de depreciação, pertinentes às operações de *leasing*.

A provisão para contribuição social foi calculada à alíquota de 15% (quinze por cento), ajustado na forma da legislação em vigor, com o reconhecimento da "Superveniência e/ou Insuficiência".

m. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, em observância à Resolução CMN/BACEN nº 3.823/2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores legais são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

n. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo desta rubrica está representado por:

	Exercício findo em	
	31.12.12	31.12.11
Aplicações no mercado aberto		
. Letras Financeiras do Tesouro	-	168.135
. Notas do Tesouro Nacional	220.123	33.342
. Letras do Tesouro Nacional	154.084	165.825
. Rendas a apropriar	(83)	(226)
Total (R\$ mil)	374.124	367.076
Aplicações em depósitos		
Não Ligadas	-	-
Total (R\$ mil)	-	-
Total (R\$ mil)	374.124	367.076
Por Prazo		
Valores a curto prazo	374.124	367.076
Total (R\$ mil)	374.124	367.076

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em conformidade com a Circular nº. 3.068, de 08/12/2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários foram classificados em “mantidos até o vencimento”, portanto avaliados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos, contabilizados no resultado do período.

Em atendimento a Circular nº. 3.082, de 30/01/2002, do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos passam a ser avaliados ao valor de mercado, exceto quando forem contratados em negociações associadas às operações ou aplicações de recursos, no qual a valorização ou desvalorização de mercado será desconsiderada.

a. Títulos mantidos até o vencimento:

A composição da carteira de títulos, demonstrada pelo seu valor de custo, atualizado monetariamente, é a seguinte:

	Exercício findo em	
	31.12.12	31.12.11
Carteira Própria		
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	27.238	25.102
Títulos da Dívida Agrária	85	97
Títulos de Renda Variável	1.560	-
Total (R\$ mil)	28.883	25.199
Por prazo		
Valores a curto prazo	27.274	24
Valores a longo prazo	49	25.175
Valores s/prazo vencimento	1.560	-
Total (R\$ mil)	28.883	25.199

Os títulos classificados nesta categoria não se caracterizam como perda permanente. No decorrer do período os títulos com vencimento até 2013 foram transferidos para o curto prazo.

Quanto ao Vencimento:

	31.12.12				Total Carteira
	Sem Vecto	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	
Mantidos até o Vencimento					
Títulos Emitidos pelo Tesouro Nacional	-	27.274	44	5	27.323
Ações de Companhias Abertas	1.560	-	-	-	1.560
Total - (R\$ mil)	1.560	27.274	44	5	28.883

	31.12.11				Total Carteira
	Até 3 Meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	
Mantidos até o Vencimento					
Títulos Emitidos pelo Tesouro Nacional	24	-	25.150	25	25.199
Total - (R\$ mil)	24	-	25.150	25	25.199

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 279 dias. As operações "FINAME" apresentam prazo médio de vencimento de 426 dias.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Banco é arrendador de máquinas, veículos e afins, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil, com cláusulas de atualização conforme estabelecido contratualmente. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento, com prazo médio de 246 dias e as operações de "FINAME LEASING" apresentam prazo médio de vencimento de 290 dias.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, com base na classificação do cliente nos níveis de riscos definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

a. Composição das operações de crédito por tipo e atividade:

Por atividade	Saldo da Carteira	
	31.12.12	31.12.11
Indústria	62.147	66.469
Comércio	62.574	96.925
Outros Serviços	454.292	402.073
Intermediação financeira	-	915
Pessoa Física	8.153	12.045
Total - (R\$ mil)	587.166	578.427

Por tipo	Saldo da Carteira	
	31.12.12	31.12.11
Arrendamento	21.332	49.311
Empréstimos	283.696	245.090
Financiamentos	273.939	278.472
Outros créditos	8.199	5.554
Total - (R\$ mil)	587.166	578.427

b. Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para devedores duvidosos:

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.12	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	609	0,10%	-
A	0,50%	229.906	39,16%	1.150
B	1,00%	222.568	37,91%	2.226
C	3,00%	73.010	12,43%	2.190
D	10,00%	19.758	3,36%	1.976
E	30,00%	1.368	0,23%	410
F	50,00%	13.964	2,38%	6.982
G	70,00%	6.439	1,10%	4.508
H	100,00%	19.544	3,33%	19.544
Total (R\$ mil)		587.166	100,00%	38.986

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.11	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	5.023	0,87%	-
A	0,50%	276.039	47,72%	1.380
B	1,00%	187.839	32,47%	1.878
C	3,00%	83.502	14,44%	2.505
D	10,00%	11.756	2,03%	1.175
E	30,00%	3.348	0,58%	1.004
F	50,00%	263	0,05%	132
G	70,00%	2.448	0,42%	1.714
H	100,00%	8.209	1,42%	8.209
Total (R\$ mil)		578.427	100,00%	17.997

c. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Exercício findo em	
	31.12.12	31.12.11
Saldo no início do período	17.997	21.867
Constituição da provisão	35.526	10.768
Reversão da provisão	(7.974)	(4.455)
Créditos baixados como prejuízo	(6.563)	(10.183)
Saldo no final do período (R\$ mil)	38.986	17.997

No exercício foi recuperado o montante de R\$ 6.825 mil (R\$2.135 mil em 2011), referente a créditos baixados como prejuízo. O Banco renegociou no exercício R\$ 977 mil das operações classificadas em perdas.

9. INVESTIMENTOS

	Trimestre findo em	
	31.12.12	31.12.11
Participações em outras empresas	125	-
Controladas MEP	125	-
Títulos Patrimoniais	10	10
Ações e Cotas	-	66
Outros Investimentos	1.467	1.467
Total - (R\$ mil)	1.602	1.543

Em 31 de março de 2012, o Banco Guanabara S.A. subscreveu e integralizou 99 mil quotas de capital, da sociedade BGI – Administradora de Recursos de Terceiros Ltda., no valor de R\$ 99 mil. Em 17 de agosto 2012, realizou aumento de 247.500 quotas de capital, representando R\$ 247,5 mil.

10. IMOBILIZADO

Imobilizado de Uso	Taxa de Depreciação a.a	Exercício findo em	
		31.12.12	31.12.11
Instalações	10%	389	381
Móveis e equipamentos	10%	449	438
Sistema de comunicações	10%	125	120
Sistema de processamento de dados	20%	2.065	1.896
Sistema de Segurança	20%	17	17
Imobilizado de Uso		3.045	2.852
(-) Depreciação acumulada		(2.088)	(1.768)
Total do Imobilizado de Uso - (R\$ mil)		957	1.084
Imobilizado de Arrendamento			
Máquinas e Equipamentos		627	1.041
Veículos e afins		70.613	131.500
Aeronaves		2.447	2.447
Superveniência de depreciação		48.204	79.420
Imobilizado de Arrendamento		121.891	214.408
(-) Depreciação acumulada		(63.192)	(105.502)
Total do Imobilizado de Arrendamento - (R\$ mil)		58.699	108.906
Total do Imobilizado - (R\$ mil)		59.656	109.990

11. DEPÓSITOS
a. A carteira estava assim constituída:
Quanto ao Vencimento:

Depósitos	31.12.12				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
À Vista	8.249	-	-	-	8.249
A Prazo	-	8.651	36.286	447.565	492.502
Total - (R\$ mil)	8.249	8.651	36.286	447.565	500.751

Depósitos	31.12.11				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
À Vista	10.080	-	-	-	10.080
A Prazo	-	12.216	30.223	427.634	470.073
Total - (R\$ mil)	10.080	12.216	30.223	427.634	480.153

b. Letras de Crédito Imobiliário - LCI

Por vencimento	Exercício findo em <u>31.12.12</u>
<u>Título</u>	<u>Até</u> <u>3 meses</u>
Obrigações por emissões	
LCI	2.135
Total - (R\$ mil)	<u>2.135</u>

Títulos indexados pelo CDI, emissão no decorrer do 4º trimestre, com vencimentos entre 60 a 180 dias. Valor Aplicado: R\$2.123 mil. As LCI's são remuneradas a taxa de 90% do CDI.

c. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Com objetivo de proporcionar maior grau de alavancagem às suas operações, o Banco, em 2010 e 2011, efetuou captações na modalidade de "Instrumentos de Dívida Subordinada" com emissão de Letras Financeiras, no montante de R\$ 10.000 mil, e notas subordinadas, no montante de R\$ 40.000 mil. Os títulos foram emitidos com vencimento entre quatro a cinco anos e tiveram aprovação do Banco Central para serem utilizadas como dívidas subordinadas elegíveis para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência. As LFS e os certificados são remuneradas a taxa de 100% do CDI. As dívidas totalizaram, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 64.530 mil (R\$ 59.523 mil, em dezembro de 2011).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os repasses no país são compostos por recursos originários de fundos ou programas oficiais, especialmente o "FINAME", os quais são sujeitos às seguintes taxas:

- Finame Pós – 1,59% a.a. + TJLP;
- Finame Leasing Pós – 11,75%;
- Finame Pré – 4,11%; e
- Finame Leasing Pré – 7,70%.

	Exercício findo em	
	31.12.12	31.12.11
Por tipo		
Repasses no País	245.625	253.511
Total (R\$ mil)	245.625	253.511
Por prazo		
Valores a curto prazo	124.226	117.945
Valores a longo prazo	121.400	135.566
Total (R\$ mil)	245.626	253.511

Quanto ao Vencimento:

Repasses no País	31.12.12			Total da Carteira
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	
FINAME	32.030	92.195	121.400	245.625
Total - (R\$ mil)	32.030	92.195	121.400	245.625

Repasses no País	31.12.11			Total da Carteira
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	
FINAME	31.138	86.807	135.566	253.511
Total - (R\$ mil)	31.138	86.807	135.566	253.511

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 66.000 mil, representado por 66.000.000 ações ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Lucros Acumulados

Em consonância com a Lei 11.638/07, o Banco Guanabara mantém em Reservas Especiais de Lucros o valor de R\$ 54.331 mil, referente a lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser destinado para aumento de capital ou utilizado para distribuição de dividendos e compensação de prejuízo.

c. Juros sobre Capital Próprio

São calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, calculado em conformidade com a legislação vigente. Os juros sobre capital próprio foram creditados líquidos de Imposto de Renda na Fonte e pagos no montante de R\$ 6.551 mil, no ano.

14. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de suas atividades. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar conhecido como Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de risco de crédito e riscos operacionais, mantendo o capital mínimo requerido de 11,00% do patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco. O Banco Guanabara S.A. apresentou, ao final do exercício de 2012, índice de 22,73%, estando bem acima dos 11% determinado pelo Basiléia II.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento a Resolução CMN nº 3.467/07, com desdobramento em três unidades: Informações Gerenciais – Controles Internos e Gestão de Risco. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão o Banco possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades fins.

Integram esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber:

Risco de Mercado - O Banco adota a metodologia "Value at Risk", que é calculado diariamente, considerando os princípios ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de "hedge". O relatório anual está disponível na instituição e no seu *site*;

Risco de Crédito - A Gestão do Risco de Crédito do Banco Guanabara tem como objetivo atender o disposto na Resolução n.º 3.721, emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2009. Em linha com as recomendações do acordo de Basileia II e observadas às melhores práticas de gestão de risco. Nossa política objetiva a identificação, mensuração, controle e mitigação do Risco de Crédito, através de monitoramento integrado e contínuo desse risco, buscando garantir a integridade e a qualidade dos ativos do Banco, adequação dos níveis de Patrimônio de Referência (PR) aos riscos assumidos, níveis adequados de risco e controle e previsibilidade de perdas, contribuindo para o equilíbrio do lucro da instituição e para a consecução dos objetivos e metas pré-estabelecidos;

A aprovação do crédito segue a política de gestão do risco de crédito onde são estabelecidas as alçadas competentes, procedimentos e metodologias, formando um sistema eficiente e eficaz, capaz de mapear, identificar, controlar e mitigar o risco relativo à probabilidade do não pagamento pelo tomador ou da contraparte;

Risco de Liquidez - O risco de liquidez do Banco é gerenciado através da análise de projeção do Fluxo de Caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros, situação "normal e estresse". Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilíbrio entre os pagamentos e os recebimentos que possam afetar significativamente a liquidez do banco, levando em consideração os ativos negociáveis, projeção de taxas de juros e prazos; e

Risco Operacional - A área de gestão de risco é responsável pela atividade de gerenciamento. Essa estrutura visa atender o dispositivo da Resolução CMN n.º 3.380/2006, tendo sido implementados a política institucional os procedimentos e o sistema necessário para que o gestor identifique, avalie, monitore os riscos associados ao Banco. A descrição da estrutura de risco operacional encontra-se disponível na instituição e no seu *site* na internet.

16. OUVIDORIA

Em conformidade a Resolução CMN 3.477/2007 e disposições complementares, que visam assegurar a observância das normas regulamentares dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as Instituições e seus clientes, o Banco Guanabara implantou sua área de Ouvidoria, que pode ser acessada através do número 0800-2822561, ou do e-mail: ouvidoria@bancoguanabara.com.br.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JACOB BARATA, Presidente
JACOB BARATA FILHO, Vice Presidente
DAVID FERREIRA BARATA, Vice Presidente
ROSANE FERREIRA BARATA, Vice Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

PEDRO AURÉLIO BARATA DE MIRANDA LINS, Diretor Presidente
JOSÉ ROBERTO REIS PRUDENTE, Diretor
RICARDO MENEZES DE MELLO, Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL

IVAN SOUSA DE MORAIS
Contador – CRCRJ Nº. 062.649/O-7